

**L'AVENIR DES HUMANITÉS. ÉCONOMIE  
DE LA CONNAISSANCE OU CULTURES DE  
L'INTERPRÉTATION?**

**YVES CITTON**

Paris, La Découverte, 2010

203 páginas, ISBN 978707160096

A questão suscitada por T. Todorov, em 2007 – “Que peut la littérature?” (*La littérature en péril*, 2007: 69) –, constituiu-se porventura como um *tópico* que acompanha um conjunto de obras, entretanto publicadas, sobre as Humanidades e a Universidade nos tempos de hoje, no qual se integra *L'avenir des Humanités*, de Yves Citton. Recorde-se, sem intuítos de exaustão, o percurso de reflexão traçado desde *L'Université sans condition*, de J. Derrida (2001), *Une introduction aux sciences de la culture*, organizado por F. Rastier e S. Bouquet (2002) a *Pourquoi étudier la littérature?*, de V. Jouve (2010), *Petite écologie des études littéraires. Pourquoi et comment étudier la littérature*, de Jean-Marie Schaeffer (2011), passando, fora do contexto francês, por autores como Stanley Fish ou Martha Nussbaum, entre muitos outros. No panorama nacional, destaca-se o volume recente que Vítor Manuel Aguiar e Silva dedica às *Humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa* (2010), bem como os diversos ensaios de Carlos Reis, Silvina Rodrigues Lopes, José Augusto C. Bernardes, Rosa Goulart, Manuel Gusmão, entre outros, que tendem a responder, sob modalidades de pensamento dis-

tintas, à interrogação “What is literary now?”, formulada no volume 38: 1 de 2007 da *New Literary History*.

Se estes dados não bastassem para explicar o sentido e a oportunidade da publicação de Citton, Professor na Universidade de Stendhal-Grenoble e membro da comissão de redação da revista política, artística e filosófica *Multitudes*, outros títulos da sua autoria confirmariam a argumentação aí explorada em torno das Humanidades: *Mythocratie. Storytelling et imaginaire de gauche*, 2010; *Lire, interpréter, actualiser*, 2007; *L'Envers de la liberté*, 2006. Na realidade, o título do ensaio – *L'avenir des Humanités* – torna-se, desde logo, programático pela interrogação formulada na sequência do sintagma do subtítulo *Économie de la connaissance ou cultures de l'interprétation?*, sendo certo que o autor se propõe, desde a “Introdução”, redefinir o *locus* das Humanidades na Universidade a partir de um prisma sociológico e político. Aliás, já o havia realizado em obra de 2007, como forma de resposta ao episódio polémico de *La princesse de Clèves* protagonizado por N. Sarkozy, destacando o perigo de uma estratégia para a educação universitária assente em cortes radicais do financiamento público, projetados, de imediato, nos Estudos Literários. A metalinguagem utilizada em *L'avenir des Humanités* remete, assim, desde logo, para esta matriz *ideológica* que outros textos versando o mesmo tema não tornam tão explícita: Citton propõe que se substituam as noções algo bana-

lizadas de “comunicação”, “sociedades do conhecimento/informação”, pela de “culturas da interpretação”. O mesmo é dizer que considerar as Humanidades “inúteis” é omitir que a competência da Interpretação que lhes é intrínseca se torna indispensável para repensar o futuro da humanidade. Na esteira de Martha Nussbaum (*Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities. The Public Square*, 2010), o autor pensa o lugar, o estatuto e a função das Humanidades, em várias etapas, ensaiando uma pertinente revisão da tradicional cartografia dos saberes e da sua estruturação nas atuais instituições de ensino superior. Trata-se, então, de propor a apologia de uma determinada dimensão “humanista” do ensino da Literatura, traduzida no empenho com que muitas Faculdades de Letras, em terreno europeu, transformam paulatinamente os seus *curricula* e os articulam com a transversalidade dos saberes.

Percebe-se, deste modo, que o esquema deste livro-manifesto obedeça, de acordo com o autor, a quatro grandes movimentos de reflexão, desenvolvidos ao longo de seis capítulos com títulos ideologicamente marcados: (i) uma primeira etapa onde se identificam distinções concetuais fundamentais para a argumentação (“interpretação”, “conhecimento”, “leitura”) que coincide com os três primeiros capítulos de teor interrogativo e autointerrogativo (“Comment penser et présenter nos savoirs?”; “Comment dansons-nous la valse de l’interprétation?”; “Com-

ment contracter le futur ?”); (ii) uma vez definida a atividade interpretativa, enunciam-se, no capítulo “Quelles conditions réunir pour interpréter?”, as infraestruturas da Interpretação, partindo da emblemática análise do neorealismo e da *Nouvelle Vague* levada a cabo por Deleuze: em contraste com a atividade de leitura que, de acordo com Citton, se restringe preferencialmente à aplicação consensual de um código ou grelha de categorizações sobre um texto ou uma situação, pode atribuir-se à Interpretação a mesma função que Deleuze recupera para o cinema dos anos 50 do século XX, isto é, a de “quebrar clichés”, criando um lugar criativo para o “reconhecimento atento” dos conhecimentos; (iii) alarga-se a reflexão, na sequência dos dois movimentos anteriores, à formulação de sugestões para a transformação das instituições, no sentido de converter o ensino e a investigação em Humanidades num projeto de emancipação social no século XXI, partindo da questão “Comment former des interprètes?” (cap. 5): fixando, no horizonte de pensamento, os grandes debates ocorridos em França, em 2009, sobre as reformas dos Ensinos Secundário e Universitário, Citton defende uma vocação generalista dos 1.ºs ciclos de estudo e a abertura ao cruzamento de grandes campos de saber na formação inicial dos jovens universitários, pela multiplicação de experiências de interpretação que lhes serão necessárias como cidadãos, agentes económicos, artistas, etc.; (iv) o último momento de

reflexão, simultaneamente com contornos de síntese e de proposta em aberto, adequados ao grau de intervenção *política* do texto, tende a formular a questão central da obra, a saber, a definição do contributo das Humanidades para a humanização do futuro: “Comment humaniser l’avenir?”, título expressivo do sexto capítulo, não constitui uma mera pergunta retórica, mas tende a fixar um “programa” que, partindo de uma mudança de paradigma assente na sobreposição das artes políticas da interpretação com a ciência económica dos dados, afirma a necessidade absoluta de abertura da sociedade do século XXI às práticas artísticas (no seu sentido mais lato).

Os quatro movimentos descritos, dispersos pelos seis capítulos que, na obra, se seguem à Introdução, enquadram um desejo de revisão do imaginário do saber contemporâneo, uma forma de reconquista atual dos campos de investigação associados às Humanidades, que Yves Citton já havia equacionado em entrevista concedida a Nathalie Kremer (<http://www.fabula.org/lht/8/index.php?id=250>) e que acaba por sintetizar no título, plural e *no plural*, da Conclusão do volume – “Conclusion. Politiques de l’interprétation, politiques des Humanités”. Uma, entre outras questões, fica necessariamente em aberto nesse espaço conclusivo: se o futuro das Humanidades assenta na nossa capacidade em desenvolver “culturas da interpretação” (como se tenta demonstrar ao longo da obra), será esse

futuro compatível com as vias de desenvolvimento características do capitalismo? A resposta não é obviamente enunciada, tal como não o é por Stanley Fish (*Quand lire, c’est faire*, 2007), autor que Citton afirma introduzir no debate francês, para retirar da marginalidade os campos de investigação subjacentes às Humanidades, uma vez alargados ao debate público.

Entende-se, então, que este ensaio-manifesto, por vezes de linguagem assumidamente crítica porque ideologicamente marcada, atinge, pela interrogação e provocação, recortes utópicos. Citton, na sua visão *política* das Humanidades, pretende mostrar como a interpretação literária é um espaço privilegiado de avaliação do diálogo entre as diferentes mundividências em conflito que coabitam numa sociedade multicultural. Afirma, por isso, a título de exemplo, que interpretar Diderot, de forma literária, é conduzir a sua palavra através de tudo o que nos separa dele, permitir que essa palavra tenha sentido no quadro das nossas preocupações contemporâneas. E para que tal suceda, é necessário que se invista na capacidade mediática da investigação em Humanidades, em *deficit* constante. É esse, porventura, um dos traços essenciais de recorte utópico em que o pensamento de Citton assenta e sobre o qual assentam os quatro movimentos/momentos que conduzem à conclusão sobre “*L’Avenir des Humanités*”: as culturas da interpretação permitem, no século XXI, abrir as Humanidades

a registos de desenvolvimento diversos e *atuais*, isto é, o das Humanidades aplicadas (implicação direta de investigações históricas, antropológicas, filosóficas, linguísticas, artísticas e literárias, na vida das nossas sociedades), o das Humanidades desmitificadas (o “humanista” contemporâneo seria um iconoclasta, um resistente cultural associado às subculturas minoritárias), o das Humanidades pós-críticas (com a emergência de novas crenças emancipadoras).

A Interpretação torna-se, assim, na esfera do pensamento utópico desenvolvido por Citton, um projeto social, os Estudos Literários uma forma interdisciplinar de aprendizagem política da sociedade e as Humanidades um meio privilegiado de inventar uma nova sociedade. Por conseguinte, neste livro faz-se inevitavelmente uma apologia política das Humanidades que acaba por se cruzar com a de outra (meta)crítica contemporânea já citada, apesar de se reforçar aqui a marca de uma militância *ideológica* subjacente às “culturas da interpretação” – o autor não deixa de acentuar, na Conclusão, que as condições que favorecem a atividade interpretativa podem reconfigurar o binómio “esquerda/direita” que estrutura o imaginário político contemporâneo. De facto, o futuro das Humanidades situa-se, de modos diversos mas que não se excluem, no espaço das instituições universitárias e na construção constante de uma ontologia do humano de que a sociedade não pode prescindir,

sob pena de se tornar um sistema fechado, de falência democrática. Por isso, no final do livro, Yves Citton joga com as palavras e sublinha que o futuro da humanidade está claramente dependente do futuro das Humanidades: “Même si les Humanités se nourrissent de l’attention qu’elles portent à nos traditions passées, nos humanités sont toujours à conjuguer au futur: on n’est jamais assez humain, on peut toujours espérer le devenir davantage; ‘être humain’ relève moins d’une donnée objective que d’un appel à l’être, subjectif et collectif. Nos humanités, dans leurs diversités et leurs solidarités, ont sans cesse besoin d’être cultivées, réinvitées, réaffirmées, réagencées. C’est parce qu’elles se situent toujours *devant nous*, dans un futur que nous ne pouvons pas ‘connaître’, que le travail rétrospectif et réflexif fourni par les Humanités est indispensable: lui seul permet, par la culture de l’interprétation, de nous orienter dans le présent afin de mieux frayer les voies de l’avenir.” (p. 178).

Trata-se, sem dúvida, de uma visão prospetiva que, a seu modo, ressitua a questão de Todorov “Que peut la littérature?”, vislumbrando-se um esboço de resposta para essa questão, *para* o futuro e *no* futuro. Nesse sentido, e apesar de nem sempre o autor se desligar de uma militância metacrítica que pode tornar menos legível alguma argumentação, *L’avenir des Humanités* de Yves Citton constituirá um ponto de referência fundamental para o pen-

samento que se encontra, hoje em dia, em franco desenvolvimento sobre os Estudos Literários, as Humanidades, as Ciências Sociais e Humanas, após a enunciação, no final do século XX, do tópico da “morte da literatura”.

*Marta Teixeira Anacleto*

**ENSINO DAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. PERCUSOS DE LEITURA DA NARRATIVA.**

**CARLA FERREIRA**

Lisboa, CLEPUL, 2012

237 páginas, ISBN 9789898577023

O tratamento dos conteúdos literários e de questões didáticas, no âmbito do ensino de literaturas de língua portuguesa em contexto escolar, tem neste livro de Carla Ferreira um lugar central. A autora desenvolve uma proposta convincente e fundamentada de alargamento do cânone literário escolar no espaço da disciplina de Português no ensino secundário.

Investigadora integrada do CLEPUL e docente no Ensino Secundário, Carla Ferreira apresenta um contributo inestimável para os professores do ensino secundário e para todos os que, também no ensino superior, se interessam pela didática da literatura. Produzido no âmbito do programa de Doutoramento em Estudos da Literatura e da Cultura, na especialidade de Ensino da Literatura, concluído em 2010, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

o estudo chegado ao público em 2012 constitui um trabalho de fôlego, como também foi assinalado, no prefácio, por Maria Isabel Rocheta, ao sublinhar a novidade, a oportunidade e a utilidade desta publicação, em Portugal, na medida em que “mobiliza diversas literaturas nacionais de língua portuguesa” (p. 9).

A defesa da literatura de língua portuguesa, considerada nas suas potencialidades formativas em diversos planos, encontra neste trabalho fundamentos axiais para uma produtiva e adequada escolarização de textos narrativos. A nota que se percute ao longo da obra é clara: o conhecimento da literatura lusófona não pode ficar arredado da escola, razão suficiente para que a formação da educação literária dos jovens leitores contemple, por meio da narrativa ficcional, o acesso a universos culturais situados em outros continentes em que a língua portuguesa vicejou.

O livro encontra-se dividido em três partes. Na parte I “O Português” no ensino secundário: panorama histórico”, apresenta-se uma leitura do percurso histórico da disciplina, baseada em estudos de textos oficiais e programas escolares no intuito de alcançar uma “radiografia da evolução da aprendizagem da literatura”. A autora apoiou-se em fontes documentais sobre a instituição do ensino secundário em Portugal, na primeira metade do século XIX, com destaque para o lugar das disciplinas orientadas para o estudo da língua, da cultura e da literatura portu-